

Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos¹

Elizabete Queiroz²

Palavras-Chave: Diálogo inter-cultural; Rede de bibliotecas; Hábitos de leitura; Inclusão social.

Resumo: O Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos foi desenvolvido no âmbito da Promoção do Livro e Leitura para populações desfavorecidas do Norte de Portugal. Esta medida tem por fim o desenvolvimento sócio-económico do Norte do país, estando bem ciente da importância da leitura como base da qualificação enquanto factor decisivo da competitividade de uma economia aberta. Aumentar o nível médio das qualificações é, necessariamente, aumentar o nível médio da nossa competência na leitura, base de outros conhecimentos, que encontra no livro o seu sustentáculo principal. Este estudo contempla dois momentos cruciais: por um lado, a criação de uma rede de bibliotecas responsáveis pelos serviços de leitura, que permita fortalecer esta área cultural na Área Metropolitana do Porto e manter uma atenção permanente a um projecto comum, e, por outro, a realização de oficinas de leitura que têm como público-alvo a imigração dos países de leste e o público infanto-juvenil de meios desfavorecidos.

I. Introdução

Em Portugal, os hábitos de leitura têm vindo a sofrer grandes alterações com o lançamento da rede de bibliotecas públicas e, posteriormente, da rede de bibliotecas escolares. O acesso generalizado aos livros, revistas e jornais permitiu uma escolarização progressiva e mais prolongada da população portuguesa. Esta batalha social tem vindo a ser inibida pela omnipresença da televisão e da Internet. Portugal, sendo um país com hábitos culturais reconhecidamente frágeis (Santos, 2007), as iniciativas promotoras da leitura concorrem directamente com toda uma panóplia de solicitações para a ocupação dos tempos livres – de que forma é que o tempo dedicado à leitura é prejudicado pela concorrência directa das TIC? Qual o lugar da leitura e da escrita no conjunto mais alargado das práticas que configuram os estilos de vida dos portugueses? Quais são os hábitos dos portugueses em relação à ida a bibliotecas e como é que estas se têm desenvolvido nos últimos anos? Estão aqui em causa diversas problemáticas, designadamente a importância dos contextos de leitura (leitura em contexto de lazer, leitura em contexto escolar e leitura em contexto profissional) e a evolução dos suportes de leitura. Surge então a necessidade de estudar a evolução que a oferta e a procura dos vários

¹ O presente texto corresponde a uma síntese da dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. João Teixeira Lopes, a quem aproveito este espaço para lhe agradecer.

² Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Actualmente é Bolseira Técnica de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

suportes de leitura (livros, revistas e jornais) tem conhecido, assim como a evolução dos equipamentos relacionados com a leitura, nomeadamente ao nível da rede de bibliotecas públicas e de bibliotecas escolares.

É neste contexto que em 2006 é lançado o PNL (Plano Nacional de Leitura), por iniciativa de três ministérios (Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério dos Assuntos Parlamentares) que não é mais do que uma resposta institucional às preocupações pelos níveis de literacia dos portugueses, com especial enfoque nas camadas juvenis em idade escolar. Embora o aumento dos níveis de escolaridade em Portugal seja uma realidade, os níveis de literacia estão ainda muito pouco desenvolvidos (Santos, 2007).

O PNL é criado no intuito de assegurar o domínio da leitura, através de um conjunto de iniciativas com especial enfoque em crianças em contexto escolar, para permitir o desenvolvimento precoce de hábitos de leitura. Estas iniciativas contam com o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas, privadas e da sociedade civil, unidas na sensibilização progressiva da população portuguesa para a importância da leitura, quer seja como acto pessoal, quer seja como acto social. A recolha e disponibilização de informação que permita conhecer o quadro evolutivo da leitura em Portugal é a segunda principal preocupação do PNL, uma vez que estudos articulados permitem avaliar com segurança e rigor a evolução dos hábitos de leitura dos portugueses, identificando problemas, constrangimentos, logo permitindo apontar soluções.

Para além do PNL estes últimos anos também se caracterizam pelo lançamento de inúmeras medidas governamentais dirigidas especificamente para a promoção da leitura, quer a nível nacional, quer a nível mais local. Deste modo, surge o Programa Metropolitano de Leitura que concretiza-se por um conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento dos hábitos de leitura à escala metropolitana, designadamente entre a população escolar e a população imigrante. No âmbito do programa ON Valorização Regional - Medida 1.4 do ON (Operação Norte), que tem como finalidade o desenvolvimento sócio-cultural do Norte do país, com base na promoção do livro e da leitura, a CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) formula um convite às entidades ligadas a actividades culturais para apresentação de propostas de trabalho na área da promoção do livro e da leitura. Desta forma, em Maio de 2003 é aprovada em concurso público uma parceria entre a PRIMUS (Agência de Desenvolvimento Regional) e as nove autarquias da Área Metropolitana do Porto, para a criação do Programa Metropolitano de Leitura para Grupos Desfavorecidos.

O Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos constitui assim uma resposta à preocupação quanto aos níveis de literacia da população portuguesa, em particular de crianças/adolescentes provenientes de meios desfavorecidos e de imigrantes de leste residentes em Portugal há menos de três anos. O Programa desenvolve um conjunto de Oficinas de Leitura em todos os nove concelhos da Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Póvoa do Varzim, Valongo, Porto, Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde), realizadas em

escolas do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) consideradas como escolas problemáticas, quer pela sua localização (localizadas em bairros sociais), quer pelo tipo de alunos que a frequentam (crianças dos 6 aos 14 anos de idade, provenientes de famílias desfavorecidas, com níveis económicos muito baixos e com menor aproveitamento escolar). O Programa tem então como objectivos gerais os seguintes: *“sensibilizar e induzir à leitura de forma regular e continuada; promover aquisição de novos saberes através da leitura; promover o conhecimento da língua portuguesa e a sua correcta utilização; fomentar o diálogo inter-cultural e promover a cidadania, em especial, pela via da diversidade cultural, criando inovação na área preferencial de intervenção; propiciar instâncias e espaços de promoção habitual da leitura e do livro e favorecer redes de intercâmbio entre leitores e bibliotecas; qualificar a intervenção dos profissionais da leitura; e fomentar parcerias entre as autarquias e pólos culturais da área de intervenção”* (ON - Operação Norte, 2006).

A nossa pesquisa tem por sua vez como objectivos específicos os seguintes:

- Apurar a eficiência e a eficácia das acções desenvolvidas pelo Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos;
- Verificar a participação/adesão dos públicos-alvo do Programa;
- Verificar a efectiva aquisição de hábitos de leitura por parte dos destinatários do Programa;
- Realizar uma apreciação geral sobre a construção da rede de bibliotecas municipais e os seus efeitos na promoção do livro e da leitura no público-alvo;
- Verificar a qualificação acrescida dos agentes implicados (bibliotecários, técnicos de leitura e animadores).

Face ao que é apresentado, o nosso público-alvo é constituído por crianças/adolescentes do ensino básico provenientes de meios desfavorecidos e que apresentam maiores dificuldades no rendimento escolar. Por outro lado, incluímos também no nosso estudo imigrantes de leste adultos a residir em Portugal há menos de 3 anos e que, ao longo do Programa Metropolitano de Leitura, participam assiduamente nas oficinas de leitura. Os concelhos da Área Metropolitana do Porto dividem-se em dois grupos de trabalho: um grupo dedicado ao público infanto-juvenil (Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde) e um grupo dedicado ao público imigrante adulto (Espinho, Gondomar e Valongo).

Pelo facto do Programa Metropolitano de Leitura ter sido aprovado em 2003 mas só se ter iniciado em 2004, a CCDRN recebe vários pedidos de alteração ao projecto. O Programa acaba por terminar em Dezembro de 2006, passando a própria candidatura por vários reajustamentos, quer ao nível da equipa envolvida, quer na própria concepção do projecto. Feitas e aprovadas as respectivas alterações, a versão final do Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos compreende três fases distintas:

Acção I - Criação de uma rede de bibliotecas

A acção I do projecto tem como objectivos específicos os seguintes: *“criar uma plataforma de encontro entre responsáveis da mesma área profissional e geográfica; possibilitar a troca de boas práticas entre profissionais; incentivar a colaboração estreita entre as bibliotecas da Área Metropolitana do Porto; criar um mecanismo de sustentabilidade reforçada para o êxito das oficinas de leitura incluídas neste projecto; criar mecanismos de troca, empréstimo e oferta de livros entre bibliotecas; alargar a colaboração com outras bibliotecas –públicas e privadas- da mesma região; e reflectir sobre a possibilidade de estabelecer formas comuns de acesso à leitura”* (ON - Operação Norte, 2006).

No final do Programa Metropolitano de Leitura um dos objectivos é o de conseguir dinamizar uma rede de parceiros em toda a Área Metropolitana do Porto, não só entre os bibliotecários, técnicos e toda a equipa de responsáveis pelo projecto, mas também com outras entidades locais, como as Associações Culturais, Escolas, etc.

A qualificação dos principais intervenientes na promoção da leitura (professores do ensino básico, animadores das oficinas de leitura e bibliotecários, não obstante a abertura ao público em geral) surge sob a forma de Seminários, realizados em todos os nove concelhos da Área Metropolitana do Porto e contam com a presença de profissionais da área do livro e da leitura. No total são realizados dezoito seminários nas várias bibliotecas municipais, os primeiros nove abertos ao público (em 2005) e os restantes vão sendo convertidos em sessões de trabalho com todos os parceiros envolvidos no projecto (em 2006). Os temas abordados centram-se nas questões do livro e da leitura, sobretudo no combate ao analfabetismo e à iliteracia.

No decorrer deste Programa surge a necessidade de se dividirem os nove concelhos em grupos de trabalho, pelo elevado volume de trabalho inesperado, sendo que cada grupo de trabalho fica com uma tarefa específica a desenvolver para garantir a exequibilidade do projecto. Surgem então três grupos de trabalho: o grupo de trabalho das actividades, o grupo de trabalho da formação e o grupo de trabalho dos públicos com necessidades especiais. No final do projecto cada grupo de trabalho apresenta os resultados obtidos de cada uma das actividades realizadas e novas estratégias para dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido.

O grupo de trabalho das actividades tem como principal função gerir todas as actividades culturais das bibliotecas, no respeito mútuo pelas diferenças e semelhanças entre estas. Este grupo tem como missão comum promover a leitura como forma de afirmação das bibliotecas no meio onde se inserem, conquistando novos públicos e consolidando hábitos de leitura já adquiridos pelos leitores. As autarquias envolvidas neste grupo são Gondomar, Matosinhos, Maia, Porto, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

O grupo de trabalho da formação tem como principal função criar um plano de formação comum a todas as bibliotecas municipais da Área Metropolitana do Porto, após ter sido feito um levantamento das principais necessidades de toda a equipa técnica, através do recurso ao inquérito como técnica de recolha da informação. As autarquias envolvidas neste grupo são Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Póvoa do Varzim.

Por último, o grupo de trabalho dos públicos com necessidades especiais tem como principal função a partilha de experiências e de boas práticas com grupos mais problemáticos. As autarquias envolvidas neste grupo são Espinho, Gondomar, Matosinhos, Porto e Póvoa do Varzim e o principal objectivo é promover bibliotecas inclusivas a todos os cidadãos, mediante a supressão de barreiras arquitectónicas e sociais que limitam grupos com deficiências físicas ou sensoriais.

Acção II - Realização de oficinas de leitura

De acordo com a memória descritiva do projecto do formulário de candidatura, esta acção contempla os seguintes objectivos específicos: *“promover a língua portuguesa e a sua correcta utilização; promover e qualificar a leitura nos seus diferentes suportes; desenvolver acções de animação em torno do livro e da leitura; impulsionar, durante os dois anos do projecto, o aparecimento de novos leitores e praticantes de português, nacionais e estrangeiros, dos vários espaços geográficos, comunitários ou não; promover a inclusão social através do alargamento das oportunidades de leitura; e criar oportunidades de trabalho e de profissionalização aos animadores das oficinas”* (ON - Operação Norte, 2006).

As oficinas de leitura pretendem promover a prática de leitura, utilizando para tal vários meios: jogos e métodos activos, projecção de filmes, teatro, desenhos, artes plásticas, leitura de obras literárias em voz alta, interpretação de textos, a escrita, o raciocínio, a capacidade de síntese, entre outros. A par destes novos saberes há uma preocupação pela criação de cumplicidades entre os participantes, o que favorece a fidelização às oficinas. Não queremos deixar de frisar que enquanto que as oficinas de leitura com crianças são realizadas no decorrer dos anos lectivos, usando para tal turmas fixas, seleccionadas *a priori*, os imigrantes adultos acedem livremente às oficinas, sem qualquer tipo de registo de presenças e sempre na possibilidade de se fazerem acompanhar por um/a colega que entretanto toma conhecimento da abertura do Programa Metropolitano de Leitura e decide também participar.

Acção III - Avaliação do projecto

Por último, temos na Acção III estes objectivos específicos: *“verificar o cumprimento das acções I e II do projecto objecto do concurso; fazer uma apreciação geral sobre a construção e consolidação da rede e os seus efeitos na promoção do livro e da leitura nos públicos do projecto; verificar a efectiva aquisição de hábitos de leitura por parte dos destinatários; fazer a verificação da execução financeira do projecto; permitir reajustar as acções a desenvolver pela diminuição dos desvios relativamente aos objectivos propostos para cada uma das acções; apurar a eficiência e a eficácia das acções desenvolvidas; e contribuir pela análise final para levar mais longe projectos futuros desta natureza”* (ON - Operação Norte, 2006).

A selecção da entidade avaliadora do projecto é feita através de um convite por parte da Agência PRIMUS e fica seleccionada para o efeito o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta equipa é apenas contratada em 2005 para participar no

projecto (embora este tenha iniciado em 2004), passando a estar envolvida até finalizar todo o projecto, que se dá em Dezembro de 2006.

O Programa Metropolitano de Leitura vem proporcionar informações relevantes para a avaliação que tem vindo a ser feita no âmbito do PNL (Plano Nacional de Leitura), sobre o estado da leitura em Portugal, orientando novas decisões, novos caminhos a percorrer. Este Programa e todas as suas iniciativas são alvo de uma análise atenta e cuidadosa, onde tentamos identificar o lugar da leitura no conjunto das práticas culturais do nosso público-alvo. Por um lado, tentamos com este estudo assegurar uma linha de continuidade com estudos realizados no passado pelo PNL, permitindo no futuro um confronto entre os sucessivos resultados; por outro lado, esta pequena contribuição contempla a evolução da esfera cultural em contexto metropolitano, em particular, no modo de usufruir da leitura.

II. Breve enquadramento teórico do objecto de estudo

1. O processo de reorganização urbana fruto do êxodo rural conduziu a situações de desenraizamento. O mito da miragem urbana ficou responsável pelo nascimento de bairros periféricos, de cariz estigmatizante, onde as famílias que ocupam esses bairros encontram-se desenraizadas e não acumulam quaisquer sentimentos de pertença. O espaço urbano surge então como um conjunto de espaços recortados, de grande desagregação sócio-espacial, onde coexistem diferentes formas de relacionamento social e diferentes formas de apropriação dos espaços. Estas famílias não conseguindo aceder ao poder económico caem facilmente nas malhas da exclusão. Os filhos por sua vez reproduzem os modos de vida de seus pais, sendo-lhes na maior parte das vezes dificultados processos de mobilidade social ascendente.

No espaço urbano os indivíduos relacionam-se segundo as leis de dominação e de sobrevivência, manifesta na luta pelas áreas urbanas mais qualificadas. A expansão crescente dos centros urbanos teve como consequência imediata a degradação acelerada do parque habitacional, pois o acaso presidia no agrupamento das casas. A habitação torna-se portanto uma indústria altamente lucrativa, cujos preços não são tabelados e que tem por objectivo a exploração daqueles que não dispõem de outra forma de se alojarem. A ocupação do espaço torna-se de tal forma arbitrária que deixamos de ter um espaço urbano de consumo para dar lugar ao consumo do espaço.

O esvaziamento rural e a industrialização do espaço urbano transformaram a cidade no principal palco de medidas do Estado-Providência, ao qual cabia inicialmente o planeamento urbanístico, a habitação, a rede de transportes, a construção de infra-estruturas e de equipamentos de referência. Podemos então afirmar que o espaço urbano foi sendo construído pelo Estado-Providência, que tentava regular as tensões que o mercado ia criando.

Por sua vez, as políticas habitacionais começaram a ser desenvolvidas já muito depois dos problemas se terem instalado: muitas das intervenções realizadas com o intuito de garantir uma

melhor qualidade de vida não foram mais do que medidas que serviram interesses políticos numa dada época e ocorreram mais por imposição da realidade do que da vontade de promover bem-estar a todas as classes sociais.

No século XXI o espaço urbano permanece, não obstante todos os eixos de transformação verificados. Mas permanece cada vez mais como um espaço denso e de indivíduos socialmente heterogêneos, o que significa que embora os estilos de vida sejam cada vez mais urbanos, o modo de ocupação do espaço e as características de cada território são totalmente opostos. O centro urbano foi sendo inventado para criar a satisfação dos cidadãos, mas a insegurança que nele se vive está a transformar o quotidiano dos cidadãos em sufocação. As tentativas de resolução constante de conflitos substitui o gosto de habitar, aliás, quanto mais rápido se verifica a mudança num qualquer centro urbano, mais fácil é de identificar os seus efeitos nefastos para os grupos sociais mais vulneráveis, logo maior é a sensação de perda de um imaginário harmonioso...

2. A Área Metropolitana do Porto pelo facto de agregar nove concelhos até à data, tem mais dificuldades em conseguir assegurar uma plena integração social e económica de todos os seus habitantes, quanto mais não seja, pelo seu elevado número. A nova pobreza urbana conduz muitas das famílias à acumulação de uma série de handicaps (económicos, sociais e culturais) que passam de geração em geração.

O Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos surge na linha de actuação sobre dois dos grupos sociais que podem ser identificados como grupos desfavorecidos: os imigrantes de leste e as crianças e adolescentes de famílias a residir nas zonas menos favorecidas dos nove concelhos - nos bairros sociais.

Os imigrantes encontram-se recentemente a residir em Portugal, daí demonstrarem graves dificuldades ao nível do domínio da língua portuguesa. Este obstáculo não permite uma rápida integração no mercado de trabalho português, se pensarmos na impossibilidade destes em elaborarem currículos, responderem a anúncios de emprego, irem a uma entrevista de trabalho, etc. O Programa Metropolitano de Leitura contempla também os filhos destes imigrantes, pois para os imigrantes a escola funciona como um agente de re-socialização, logo estão mais facilmente motivados a participar nas oficinas de leitura como garantia de aquisição das normas culturais da sociedade portuguesa.

As crianças/adolescentes não têm nas suas zonas habitacionais recursos necessários a um desenvolvimento cultural e social que lhes permita no futuro ocupar um lugar na sociedade. Por um lado, estamos na presença de trajectórias de exclusão: os pais, amigos e vizinhos são sobretudo indivíduos desempregados ou com empregos precários, com baixas habilitações e com poucas perspectivas de um futuro menos vulnerável. Por outro lado, os territórios são também territórios de exclusão: o espaço é marcado por vários tipos de marginalidade, como toxicoddependência, prostituição, violência, criminalidade, etc.

O grupo das crianças/adolescentes e o grupo dos imigrantes são geralmente considerados como públicos desfavorecidos e coabitam muitas das vezes um mesmo território, sem que por isso desenvolvam mecanismos de pertença. Na linha de pensamento de António Teixeira Fernandes, *“o espaço urbano constitui um tecido muito variado nas suas formas e nas suas cores, e descontínuo na sua articulação. O olhar à distância homogeniza, enquanto o olhar de perto detecta a riqueza das suas partes assim como as fissuras da sua estrutura”* (Teixeira Fernandes, 2003. 16). Como estas categorias são possuidoras de uma multiplicidade de culturas e de valores, vivem como uns estranhos uns em relação aos outros e constroem apenas relações abstractas. As relações sociais são então pautadas pela transitoriedade e pela superficialidade, num meio altamente competitivo. O enfraquecimento das redes de vizinhança é fruto de uma não pertença ao mesmo espaço, pois isso implicaria reconhecer-se nele e ser reconhecido pelos membros que habitam nesse mesmo espaço. Urbanização significa por isso uma clara ruptura com qualquer forma de enraizamento territorial.

A própria escola onde as crianças/adolescentes se deslocam todos os dias encontra-se num contexto espacial estigmatizante, composto pelas turmas consideradas como as piores (com problemas de disciplina, motivação e aproveitamento escolar). Os baixos rendimentos não permitem que estas famílias apostem no percurso escolar de sucesso dos seus filhos: primeiro porque os pais não têm condições financeiras para assegurar os estudos dos filhos; segundo porque eles próprios não acreditam que o sucesso da vida passe pela escola. Estas crianças/adolescentes entram facilmente num percurso escolar que começa pela falta de motivação (aliado às dificuldades de aprendizagem) até ao insucesso escolar ou mesmo abandono.

Abordar a leitura torna-se então uma tarefa difícil, quando tomamos conhecimento que os contextos domésticos destas crianças/adolescentes são contextos empobrecidos: para além da ausência de livros e de práticas de leitura por parte dos pais, os filhos não têm práticas culturais de saída, como ir ao cinema, ao teatro que os incentive ao desenvolvimento cultural e que os conduza a hábitos de leitura não só dos manuais escolares, como também de revistas, livros infantis, entre outros. Estes alunos não detêm capital favorável à integração escolar, porque não conseguem estabelecer uma ponte entre a linguagem familiar e a linguagem escolar. Por oposição, encontramos uma maior propensão em crianças/adolescentes provenientes de classes sociais elevadas a associarem o livro a trajectórias sociais ascendentes. Não só os familiares vêm o livro como o principal instrumento de sucesso escolar, como proporcionam os meios de acesso ao livro para os seus filhos, ou através da constituição de uma pequena biblioteca doméstica, ou através da participação pelas várias entidades promotoras da cultura, tal como frequentar as bibliotecas municipais.

3. A sociedade portuguesa encontra-se tendencialmente centrada nas políticas culturais doméstico-receptivas, mais especificamente, ver televisão e ouvir rádio. A tecnologia por sua vez

consegue estabelecer a ponte entre a escola, a família e a comunidade, porque tem uma linguagem comum a todos, servindo de base de partilha. O interesse e a facilidade com que as crianças interagem com o mundo tecnológico podem sempre contribuir para facilitar a aquisição das estruturas de espaço e de tempo. Quer os pais, quer os professores, acusam a televisão de ser a principal responsável pelo desvio de atenção da população mais jovem (quando a criança entra pela primeira vez para a escola já possui uma vasta cultura televisiva); por sua vez os alunos vêem a escola como um local onde não existe vida e procuram outros lugares para se reunir e conviver.

Neste contexto, o livro esteve desde sempre associado a um percurso escolar, logo as práticas de leitura apenas se verificavam com o ingresso do aluno no sistema de ensino e terminavam logo após a conclusão dos estudos. Uma vez que a formação não é mais vista como um único momento, mas como um processo continuado e que percorre todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos, a leitura tornou-se cada vez mais parte integrante do quotidiano dos indivíduos. A escola, embora tenha perdido a sua centralidade enquanto determinante na construção das identidades dos estudantes, continua a ter uma forte influência, principalmente na consolidação dos hábitos de leitura. Ler por opção própria é ainda visto como uma perda de tempo e os apelos por parte dos professores para visitas às bibliotecas escolares são ainda bastante escassos. A leitura vai sendo também encorajada pela família, como instrumento de aprendizagem e pelos instantes de quietude que a leitura proporciona. Muitas das vezes estes interlocutores esquecem-se que ler também é sonhar e imaginar e que, até à chegada da televisão, era uma das únicas formas de refúgio dos públicos infantis (ora para fugir dos problemas de casa, ora para fugir dos seus próprios problemas). Em suma, *“a leitura poderá responder a necessidades de fruição e ocupação de tempos livres (literatura, teatro, poesia...), necessidades de informação e desenvolvimento dos saberes (de conhecimento, ciência/técnica, fundamentação e investigação... como resposta à sociedade de informação e ao desenvolvimento científico), necessidades de formação (cultura e realização do ser humano, socialização, transmissão e sedimentação do humanismo e da democracia)”* (Silva, 2001: 34).

4. Nesta linha, o papel das bibliotecas torna-se eixo central: a dinamização das bibliotecas públicas passa por um conjunto de estratégias de animação que incitem o indivíduo a descobrir o que a biblioteca tem para lhe oferecer, tais como: encontro com escritores, debates, exposições, sessões de pintura e de desenho, feiras do livro, visionamento de filmes, concursos de leitura e de escrita, recitais de poesia, apresentação de novas publicações, espectáculos, hora do conto, entre muitas outras. Só desta forma a biblioteca pública consegue entrar no quotidiano dos indivíduos, transformando a utilização desse espaço num momento de prazer e posteriormente num hábito. Cada vez mais as bibliotecas públicas deixaram de ser auto-suficientes, mas convidam o próprio utilizador a opinar sobre o seu modo de funcionamento, deixando por isso de ser um espaço de isolamento para dar lugar a um espaço de interação.

O papel das bibliotecas públicas como promotoras de cidadania amplia quando estamos perante espaços de maior fragilidade sócio-cultural e económica. Como já referimos, Portugal enfrenta problemas de analfabetismo, principalmente nas camadas mais idosas e sobretudo do sexo feminino. Contudo, o analfabetismo está também presente nas populações mais desfavorecidas, devido a múltiplos factores, como o trabalho infantil, o abandono escolar, a falta de cumprimento da escolaridade obrigatória, factores que propiciam o insucesso escolar.

A biblioteca pública tem muitas das vezes que desempenhar uma dupla função: ser um serviço para os seus utentes e estar preparada para garantir o bom funcionamento a todos os estudantes do meio envolvente, uma vez que estes, na ausência de bibliotecas nas suas escolas, esperam das bibliotecas públicas o mesmo que esperariam das bibliotecas escolares, em termos de livros e em termos de espaços adequados para consulta e actividades em grupo. Como uma biblioteca pública não é, de modo algum, uma biblioteca escolar, corre o risco de desagradar um grande grupo de utilizadores frequentes – os estudantes. Se a biblioteca pública é um complemento da biblioteca escolar, não pode nunca ser confundida como substituta, até porque o futuro das bibliotecas públicas passa pelo sucesso de uma rede eficaz de bibliotecas escolares. A biblioteca pública pode então assumir três formas na relação com a biblioteca escolar: uma relação de complementaridade; uma relação de cooperação e uma relação de apoio.

A falta de bibliotecas escolares no ensino básico da Área Metropolitana do Porto, ou a insuficiente dinamização destas faz com que o Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos aposte na dinamização de bibliotecas ambulantes que garanta às crianças/adolescentes e aos imigrantes a possibilidade de aceder e requisitar os livros que de outra forma nunca teriam acesso, ao mesmo tempo que vão incentivando nas oficinas de leitura o gosto pela leitura e pela utilidade que um livro pode ter. De facto, o livro ao ser um veículo transmissor da cultura, pode funcionar como elemento essencial de integração social. O Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos pretende evitar que o momento de saída do sistema de ensino destas crianças/adolescentes não correspondesse a uma atitude de rejeição perante o livro, porque ficou associado a algo de obrigatório. A fase final do Programa é crucial e temos aqui uma das nossas principais preocupações pela sustentabilidade do Programa.

As bibliotecas municipais ocupam um lugar central no Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos: não só são o lugar do livro por excelência, como a entidade que leva até às escolas do ensino básico o bibliocarro, com toda uma panóplia de livros infantis. Do mesmo modo, garante obras nas várias línguas estrangeiras, de acordo com as nacionalidades dos imigrantes que vão frequentando as oficinas de leitura. As bibliotecas municipais, tendo deixado de ser identificadas como meros depósitos de livros, têm tido um papel crucial no desenvolvimento cultural das gerações mais novas, porque apostam cada vez mais em garantir o acesso à leitura a todos os cidadãos, sem discriminação, em igualdade de oportunidades e de forma gratuita.

As oficinas de leitura vão estabelecendo a ponte entre as crianças/adolescentes e os imigrantes com as bibliotecas municipais, não só dando a conhecer o que uma biblioteca pública tem para oferecer, como proporcionando os meios para uma futura utilização dos seus serviços (através da inscrição como sócios das bibliotecas municipais e através da realização de visitas a essas mesmas bibliotecas). As bibliotecas municipais e as bibliotecas escolares devem unir esforços na promoção da leitura, uma vez que a escola é o espaço obrigatório do aluno durante um longo ciclo da vida, logo é nesta fase que se vão dar os primeiros passos para aprender a ler com prazer.

III. Considerações metodológicas

O trabalho de pesquisa segue duas vias fundamentais: por um lado, a conciliação entre abordagens quantitativas (favorecendo a descoberta de regularidades e causalidades e possibilitando a comparabilidade) e qualitativas (realçando o jogo de actores e a análise do discurso). Por outro lado, procuramos conjugar os factores aproximação vs. distanciamento entre as entidades programadora e executantes do projecto, animadores das oficinas de leitura e públicos-alvo.

Como a selecção da população-alvo é feita de acordo com a listagem completa dos participantes das oficinas de leitura do Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos dos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto, torna-se possível estudar o universo da população seleccionada para o Programa Metropolitano de Leitura, não havendo por isso a construção de uma amostra, mas um estudo aprofundado deste Programa. Desta forma, temos um estudo intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, que tem como finalidade a obtenção de uma análise compreensiva do fenómeno, onde não há a preocupação de detecção de regularidades quantitativas. Aliás, neste estudo a generalização é obviamente limitada (embora cada estudo forneça sempre pistas para outros casos futuramente estudados), pois as práticas culturais nos públicos infanto-juvenis -em fase de crescimento- não são nunca constantes, pelo que as conclusões deste estudo apenas terão validade num determinado contexto espaço-temporal. Do mesmo modo, as práticas culturais dos públicos infanto-juvenis não podem ser utilizadas para se determinar o perfil deste grupo etário, pois vão estar em constante mutação.

Ao pretendermos abordar a questão institucional, julgamos pertinente realizar entrevistas de grupo com todos os bibliotecários dos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto envolvidos no Programa Metropolitano de Leitura, a equipa técnica da Agência PRIMUS e a responsável pela coordenação do projecto. Estes momentos de reflexão em grupo tornam possível aos parceiros julgar o seu próprio trabalho desenvolvido e os resultados que vão obtendo. Da mesma forma é possível avaliar a coerência entre os objectivos e as acções, nomeadamente através da execução das Acções I e II já referidas e da apreciação geral sobre a construção e consolidação da rede de bibliotecas e os seus efeitos na promoção do livro e da

leitura nos públicos, confrontando documentos pragmáticos e discursos dos protagonistas. Em síntese, são trazidos a discussão alguns tópicos: papel das Câmaras Municipais no panorama da vida cultural das cidades; percepção sobre a imagem da Biblioteca no concelho; actuais prioridades no trabalho da Rede de bibliotecas; gestão de parcerias; potencialidades/Fragilidades do Programa Metropolitano de Leitura; e adequação entre os objectivos inicialmente previstos e os resultados obtidos.

As entrevistas aos animadores das oficinas são feitas *a posteriori* da aplicação do inquérito, como instrumento complementar ao inquérito por questionário, na medida em que permitem o confronto com os resultados obtidos pelo inquérito. Na construção do guião de entrevista, dividimos a temática das oficinas de leitura pelas seguintes dimensões: breve caracterização sóciográfica do entrevistado; papel do animador; caracterização dos públicos-alvo; adequação entre os objectivos das oficinas e os resultados obtidos; avaliação dos recursos técnicos, humanos e financeiros; aspectos positivos/negativos do Programa Metropolitano de Leitura; e novas propostas a implementar.

Nos métodos de carácter quantitativo (ou de análise extensiva) o instrumento que nos pareceu mais indicado para se abordar a questão do utilizador é o inquérito por questionário, pois pretende-se abranger o total da população-alvo deste Programa Metropolitano de Leitura num curto espaço de tempo, dadas as limitações temporais das Oficinas de Leitura e ao mesmo tempo recolher o máximo de informação possível. Não pretendendo ser um inquérito exaustivo, é no entanto, o nosso instrumento técnico privilegiado, procurando a produção quantificável sobre os resultados das actividades desenvolvidas.

São então aplicadas duas matrizes: um inquérito dirigido ao público infanto-juvenil e um outro inquérito aos imigrantes adultos. A melhor opção parece-nos ser a administração indirecta do inquérito, ou seja, é o próprio inquiridor a preenchê-lo com as respostas dadas pelos inquiridos, por duas razões: no caso das crianças, dificilmente se pode esperar destas o preenchimento correcto de um inquérito, respeitando o tempo livre que a escola disponibiliza para estarmos com estas crianças. Para além do mais, constituiriam uma forte limitação metodológica, por usarem diferentes regimes de significação para interpretar a realidade; no caso dos adultos, as dificuldades que sentem no domínio da língua portuguesa dificultam a interpretação das questões colocadas, o que enviesaria qualquer resultado do inquérito aplicado. Desta forma, utiliza-se uma linguagem simples e informal que emerge naturalmente ao longo do diálogo que se vai estabelecendo entre o inquirido e o inquiridor, criando-se uma atmosfera de confiança recíproca.

Quadro 1
Total de inquiridos por concelho (público infanto-juvenil)

Concelho	Local	Inquiridos N
Espinho	Biblioteca Municipal de Espinho	1
Gondomar	Junta de Freguesia de Rio Tinto	8
Maia	Biblioteca Municipal da Maia	32
Matosinhos	Escola E.B. 2,3 de Guifões;	64
	Escola E.B. 2,3 de Matosinhos;	
Porto	Escola E.B. 2,3 de Custóias	51
	Escola E.B. 1 do Bairro das Campinas;	
Póvoa de Varzim	Escola E.B. 1 do Bairro do Viso	24
	Gabinete de Acção Social do Bairro de Terroso;	
	Gabinete de Acção Social do Bairro Alberto Sampaio;	
Valongo	Gabinete de Acção Social do Bairro Soares da Costa	0
	-	
Vila N. de Gaia	Escola E.B. 1 do Bairro da Afurada	22
Vila do Conde	Escola E.B. 1 do Facho;	39
	Escola E.B. 1 de Vila do Conde	
Total		241

Fonte: PRIMUS, 2006.

No final do trabalho obtivemos um total de 254 inquéritos efectuados e o mesmo número de inquéritos válidos para o respectivo tratamento informático e estatístico, uma vez que todos os inquéritos são de administração indirecta, de forma a evitar que estes não sejam preenchidos na íntegra (ou de qualquer outra forma de inutilização do questionário).

Como se pode verificar, a maior parte das crianças/adolescentes inquiridas residem nos concelhos de Matosinhos e do Porto, uma vez que são estas as oficinas que conhecem uma maior adesão por parte das escolas. O facto de Espinho, Gondomar e Valongo contarem com um número muito baixo de inquiridos é apenas porque esses três concelhos trabalham com imigrantes adultos, como se pode aliás verificar no quadro seguinte.

Quadro 2
Total de inquiridos por concelho (público imigrantes adultos)

Concelho	Local	Inquiridos N
Espinho	Biblioteca Municipal de Espinho	1
Gondomar	Biblioteca Municipal de Gondomar	7
Maia	-	0
Matosinhos	-	0
Porto	-	0
Póvoa de Varzim	-	0
Valongo	Pólo da Biblioteca Vila Beatriz – Ermesinde	5
Vila N. de Gaia	-	0
Vila do Conde	-	0
Total		13

Fonte: PRIMUS, 2006.

Do total dos 254 inquéritos validados, 13 dizem respeito aos inquéritos feitos aos imigrantes adultos, que participam assiduamente nas oficinas de leitura e que dominam a língua

portuguesa, daí ter sido possível a administração do inquérito. A maior parte deste grupo-alvo encontra-se a frequentar as oficinas de leitura do concelho de Gondomar. O inquérito por questionário aborda cinco dimensões fundamentais: caracterização sociográfica dos inquiridos; origem e situação de classe; práticas culturais dos inquiridos; e grau de satisfação relativamente às oficinas de leitura.

IV. Apresentação da população-alvo

As oficinas de leitura são criadas para colmatar as lacunas deixadas na formação escolar, ao mesmo tempo que se promove o livro, a leitura e a utilização correcta da língua portuguesa. As oficinas dedicadas às crianças e adolescentes do ensino básico pretendem então aproximar estes públicos com o livro, para que no final do Programa Metropolitano de Leitura a leitura seja já uma prática cultural corrente destas crianças/adolescentes. No caso específico dos imigrantes de leste, é esperado que no final das oficinas estes utilizem correctamente a língua portuguesa, para se sentirem preparados para, por exemplo, fazer um currículo, ir a uma entrevista de trabalho, etc.

Os concelhos que optam por trabalhar com imigrantes de leste são apenas Espinho, Gondomar e Valongo, embora numa fase inicial do projecto sejam os concelhos da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia que mostram interesse em desenvolver o seu trabalho com este grupo específico. Os restantes concelhos optam por canalizar mais as suas preocupações para a literacia entre o público infanto-juvenil proveniente de famílias desfavorecidas residentes em bairros sociais, que manifestam problemas que vão desde o fraco aproveitamento ao abandono escolar, assim como os pais destas crianças acumulam um conjunto de handicaps, que vão desde o desemprego à toxicoddependência, entre outros.

Cada oficina de leitura conta com a presença de um animador e tem a duração de uma hora. No decorrer das oficinas do público imigrante são executadas algumas tarefas, como a leitura de jornais, de obras literárias, de impressos oficiais (como por exemplo, impressos da segurança social, das finanças, dos hospitais, entre muitos outros aspectos práticos, tais como responder a anúncios de emprego, interpretação de legislação do trabalho, etc.), ou mesmo o recurso a jogos, visualização de filmes e documentários e utilização de computadores, com acesso permanente à Internet. Depois pode-se evoluir para informações mais gerais, como a caracterização sobre a cidade e a região onde residem actualmente, ou sobre o país em geral (sob o ponto de vista político, geográfico, histórico e religioso). Muitas das obras seleccionadas para as oficinas de leitura não são mais do que textos originais da sua língua materna que já foram traduzidos para português, o que permite uma maior capacidade de interpretação e garante a motivação ao longo de toda a obra. Pretende-se que todas as oficinas decorram num ambiente cordial que induza à criação de cumplicidades entre os públicos e os animadores, o que favorece a fidelização às oficinas de leitura.

Quadro 3

Locais onde se realizaram as oficinas de leitura e público-alvo participante

Concelho	Realização das oficinas de leitura	Público-alvo participante
Espinho	Biblioteca Municipal de Espinho	Imigrantes adultos; Crianças filhas de imigrantes
Gondomar	Biblioteca Municipal de Gondomar; Junta de Freguesia de Rio Tinto	Imigrantes adultos; Crianças filhas de imigrantes
Maia	Biblioteca Municipal da Maia	Infanto-juvenil; Crianças filhas de imigrantes
Matosinhos	Escola E.B. 2,3 de Guifões; Escola E.B. 2,3 de Matosinhos; Escola E.B. 2,3 de Custóias	Infanto-juvenil
Porto	Escola E.B. 1 do Bairro das Campinas; Escola E.B. 1 do Bairro do Viso	Infanto-juvenil
Póvoa do Varzim	Gabinete de Acção Social do Bairro de Terroso; Gabinete de Acção Social do Bairro Alberto Sampaio; Gabinete de Acção Social do Bairro Soares da Costa	Infanto-juvenil
Valongo	Pólo da Biblioteca Vila Beatriz – Ermesinde	Imigrantes adultos
Vila Nova de Gaia	Escola E.B. 1 do Bairro da Afurada	Infanto-juvenil
Vila do Conde	Escola E.B. 1 do Facho; Escola E.B. 1 de Vila do Conde	Infanto-juvenil

Fonte: PRIMUS, 2006.

Cada concelho realiza 38 oficinas de leitura, pelo que no final contamos com um total de 342 oficinas de leitura realizadas. Como as oficinas de leitura pretendem promover a prática regular da leitura, os locais preferenciais são as bibliotecas municipais e as bibliotecas escolares. Só quando tal não se revela possível é que se recorre aos Gabinetes de Acção Social, em que cabe à biblioteca desse concelho a cedência dos livros para as referidas sessões, como é o caso do concelho da Póvoa de Varzim.

Para além destes espaços, o Programa Metropolitano de Leitura conta também com um bibliocarro, estacionado à saída das escolas, que disponibiliza livros nos intervalos que decorrem entre a última oficina realizada e a próxima prevista para quinze dias depois, de forma a que as crianças que não têm acesso às bibliotecas municipais e que não usufruem de uma biblioteca na sua escola, possam requisitar à mesma livros para leitura domiciliária. A utilização do bibliocarro aparece como um dos principais veículos de promoção da leitura, porque percorre os espaços onde a Biblioteca Municipal não consegue chegar.

V. Apresentação dos resultados da pesquisa

1. Análise do inquérito dirigido ao público infanto-juvenil

No que respeita à avaliação geral feita pelas crianças/adolescentes às oficinas de leitura, quisemos saber em primeiro lugar o que é que estas aprenderam durante as oficinas de leitura. A maior parte das crianças/adolescentes refere a leitura de livros (58,1%) e o trabalho em grupo

(7,9%). O teatro surge como a terceira opção dos nossos inquiridos, com 6,6% de respostas, na medida em que as actividades criativas ajudam à descoberta de si mesmo.

A importância da resocialização encontra-se presente na resposta *“aprendi o gosto pela leitura”*, o que no nosso entender é um indicador de sucesso das oficinas de leitura. A resposta *“aprendi a estudar mais”* manifesta o carácter utilitário que o livro tem para algumas crianças/adolescentes. Trabalhar com crianças ao nível da leitura é sempre uma boa opção, porque as crianças até à fase da adolescência aceitam bem as matérias que lhes são transmitidas, porque atribuem à escola um valor utilitário. Devemos incentivar ao sucesso escolar, porque a escola é a única instituição que ninguém escapa, mas isso não quer dizer que toda a gente a percorra.

Na questão colocada sobre o que mais gostaram de fazer nas oficinas de leitura, encontramos um vasto leque de respostas que contraria a tendência da sociedade actual em produzir respostas padrão sem ter em conta os contextos sociais e a experiência individual de cada criança/adolescente. Mais uma vez a leitura surge como uma das principais respostas dadas pelos inquiridos (33,6% dos casos), quando questionados sobre o que mais gostam de fazer nas oficinas de leitura. Quanto menos a criança/adolescente é controlada institucionalmente maior é a sua disponibilidade gratuita para prática leituras.

Os trabalhos manuais e os trabalhos de grupo surgem em segundo lugar (28,6% para os trabalhos manuais e 10,8% para os trabalhos de grupo), pois as actividades criativas são sempre mais participadas e conseguem mais facilmente dar resposta aos interesses de cada um. Em suma, o estímulo à leitura é o resultado declarado que mais sobressai da frequência das oficinas.

A referência às novas tecnologias como fazendo já parte do quotidiano dos inquiridos é feita na resposta *“o que mais gostei nas oficinas de leitura foi de utilizar o computador”*. Inicialmente, quando se coloca um computador em frente a estes participantes pode-se observar também o mesmo grau de desigualdade que se observa na desigualdade mais tradicional entre pobres e ricos: uns sentem-se tão distantes que limitam-se a fazer o mínimo necessário; outros estão à partida desmotivados, pois preferem trabalhar com outros materiais; outros têm medo de mexer, de experimentar, atitudes estas que demonstram claramente a falta de vontade em utilizar o computador. Note-se que a maior parte destas crianças/adolescentes nunca tinham estado à frente de um monitor até à entrada no sistema escolar, sendo que só ao final de algumas sessões é que começam a sentir-se mais à vontade com as novas tecnologias.

Contrariamente, crianças/adolescentes provenientes de meios mais favorecidos sabem tirar proveito do campo de possibilidades que a ferramenta informática pode oferecer, usando quotidianamente o computador de forma inteligente e autónoma. As novas tecnologias devem ser sempre integradas nos processos de aprendizagem e a escola deve ter em conta que muitos dos alunos de famílias desfavorecidas não têm acesso aos computadores excepto na escola.

Quando questionados sobre qual a oficina de leitura que mais gostaram a categoria mais escolhida foi *“não sei”*, não porque não sentem motivados a partilhar connosco os seus gostos e

desilusões (pelo contrário, frequentemente procuram falar de outros assuntos connosco), mas porque referem que gostam de todas e não conseguem escolher uma em particular. A explicação que nos surge de imediato para este elevado grau de satisfação é o facto de no contexto escolar o trabalho escolar para estas crianças/adolescentes muitas das vezes consiste em decorar as matérias transmitidas pelos professores, logo a motivação é transformada em esforço; pelo contrário, nas oficinas de leitura procura-se proporcionar um trabalho activo, onde a troca de ideias e sugestões passa a ser o elemento central das sessões. Ainda assim, a leitura de histórias na sua íntegra é o tipo de sessão mais apontado pelos inquiridos, como sendo as melhores oficinas de leitura. Várias foram as obras referidas como as preferidas, onde não queremos deixar de apontar algumas delas: *“A menina do mar”*; *“A sopa de pedra”*; *“A menina gigante”*; *A que sabe a lua*; *“A menina dos fósforos”*; e *“Coração do macaco”*.

Quadro 4
O que é para ti um livro?

	N	%
É um conjunto de histórias	69	28,6
Serve para ler	45	18,7
Serve para ensinar	35	14,5
É um conjunto de muitas folhas/muitas letras	29	12,0
É um amigo/uma companhia	24	10,0
É a melhor coisa do mundo	10	4,1
É um sonho	7	2,9
É a nossa imaginação	6	2,5
É uma aventura	6	2,5
É uma “seca”/não é nada	4	1,7
Não sei	3	1,2
É uma poesia	2	0,8
É um ser vivo	1	0,4
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito ao público infanto-juvenil.

Para a maior parte dos inquiridos, um livro é um conjunto de histórias (28,6%), o que mostra que o contacto com os livros escolares é bastante reduzido, permanecendo apenas na memória as histórias que foram sendo lidas e trabalhadas nas oficinas de leitura. Apenas 14,5% apontam o carácter instrumental do livro, pois este *“serve para ensinar”*.

Outra grande parte dos inquiridos entende o livro numa perspectiva mais lúdica: o livro é um amigo (10,0%), a melhor coisa do mundo (4,1%), ou um sonho (2,9%).

A dificuldade de um Programa destes (com tão curta duração) em conseguir atingir os seus objectivos de alterar as práticas culturais destas crianças/adolescentes encontra-se na resposta dada por 1,7% - *“é uma seca, não é nada”*. Este desinteresse aumenta com a complexidade cada vez maior que a leitura coloca actualmente ao leitor: a velocidade a que a informação nos chega exige do leitor uma reconstrução permanente de significado e de sentido crítico. Do mesmo modo, a maior parte da aprendizagem no percurso escolar exige o exercício da leitura: para estudar,

para ser avaliado no final do ano, para elaborar trabalhos (procurando informação) e para apresentar trabalhos (transmitindo informação). Um mau leitor está por isso mesmo à partida em desvantagem na escola. A acumulação de ano para ano da condição de mau aluno leva então ao desânimo, ao insucesso ou até ao abandono. Contudo, *“ser mau leitor não é um estado irreversível, mas apenas o resultado de um conjunto de condições que a escola tem obrigação de alterar através da promoção da leitura extensiva e do ensino explícito e sistematizado de estratégias de leitura”* (Sim-Sim, 2006: 98).

Para analisar a questão colocada *“gostas de ler?”*, temos de ter presente que a origem social dos inquiridos não é determinante sobre as suas práticas sociais, senão não teríamos um elevado número de inquiridos a afirmar gostar de ler (89,4%, percentagem esta que não se pode ignorar) e que estão identificados à partida como oriundos de classes baixas. Nem sempre os inquiridos oriundos de famílias que pouco ou nada investem em práticas de leitura encaram a leitura como uma obrigação. Não há por isso uma lei universal que possa estabelecer uma relação entre origem social e práticas de leitura, ainda mais porque as aquisições de tipo informal também têm um peso substancial.

Uma das formas de comprovar o que dissemos foi cruzar esta questão com a escolaridade do pai e da mãe dos inquiridos que gostam de ler. Como seria de esperar encontramos crianças/adolescentes que gostam de ler, filhas de pai e mãe sem saber ler e escrever (em dois casos) ou a saber ler e escrever mas sem qualquer grau de ensino (em três casos). Apesar destes casos serem tão poucos pode ser já algum indício de alguma mobilidade ascendente a longo prazo, uma vez que já não estão a seguir os passos dos seus pais.

O gosto pela leitura depende também da idade, do sexo e do seu percurso escolar (abandono ou progressão nos estudos). Ao cruzarmos a variável o sexo do inquirido com esta questão verificamos que a tendência acompanha os padrões normais da nossa sociedade: de facto das 210 crianças/adolescentes que gostam de ler, 57,1% são do sexo feminino e 42,9% do sexo masculino.

Normalmente as raparigas dedicam mais tempo à prática leitural, não só por gostarem mais, mas porque participam menos em práticas exteriores (como praticar desporto, jogar à bola na rua, etc.). Verifica-se um elevado índice de leitura feminina, aliado ao investimento escolar. As práticas de leitura favorecendo a aquisição de capital cultural podem rapidamente traduzir-se em capital escolar. Por isso mesmo, a leitura de livros escolares é maioritariamente feminina.

A maior parte dos inquiridos prefere ler livros de banda desenhada, próprios para esta fase etária em que se encontram (em 51,9% dos casos). A preferência por livros escolares já é referida por 9,5% dos inquiridos, o que pode ser um sinal de mudança na forma como entendem a escola, logo uma possível alteração do percurso escolar (de insucesso para uma melhor aprendizagem).

Por último, fizemos algumas questões relacionadas com as bibliotecas. O conceito de biblioteca em geral é visto pelos inquiridos como um espaço de livros (59,8%) e que serve para ler (12,0%). A rapidez com que os nossos inquiridos respondem a esta questão mostra bem a

facilidade com que se adaptaram a este novo espaço, ainda mais porque muitas das oficinas realizam-se quer nas bibliotecas escolares (por exemplo, o concelho do Porto) quer nas bibliotecas municipais (por exemplo, o concelho da Maia), onde podemos várias vezes observar o à vontade com que circulam pelos espaços e a facilidade com que procuram livros pelas estantes. Apenas um inquirido não sabe o que é uma biblioteca.

Ao retirarmos os casos em que não existe nas escolas uma biblioteca escolar, uma grande maioria frequenta assiduamente as bibliotecas escolares (77,6%). Seria interessante poder acompanhar de perto o que se alterou nas últimas décadas no quotidiano das crianças/adolescentes, para se ter conseguido uma maior motivação destas pela frequência das bibliotecas escolares e um conseqüente gosto pela leitura. Vale por isso a pena tentar sempre melhorar as condições de acesso à biblioteca escolar e melhorar a qualidade do espaço físico, não esquecendo que é um espaço lúdico destinado à criança/adolescente.

Do total de crianças/adolescentes que frequentam as bibliotecas escolares a grande maioria já leva inclusive livros para casa, ou seja, 53,6%. Ao cruzarmos esta questão com o gosto pela leitura encontramos 6 crianças/adolescentes que apesar de não gostarem de ler, requisitam livros para leitura domiciliária (sobretudo de banda desenhada), o que revela já uma predisposição para a leitura, embora ainda pouco satisfatória.

2. Análise do inquérito dirigido ao público imigrante

No que concerne às práticas culturais do público imigrante sabemos que estes não são um conjunto homogêneo de indivíduos, pelo contrário, têm diferentes características e estratégias díspares. Esta heterogeneidade diz respeito ao modo de inserção no país de destino e às características específicas do seu país de origem. Neste caso, como temos imigrantes provenientes de vários países não é de estranhar a dispersão pelas várias categorias, não obstante a concentração na procura por um tipo de actividades culturais: existe uma maior tendência dos inquiridos para práticas doméstico-receptivas (como ver televisão e ouvir rádio, com 92,3% e 100% respectivamente).

Contudo, as práticas de leitura vêm logo a seguir às práticas doméstico-receptivas, com 84,6% (ler livros, jornais e revistas). Uma das razões da existência de uma forte adesão à leitura deve-se ao facto de nesta fase etária ser mais fácil dissociar o livro do carácter de obrigatoriedade que os estudantes têm, ficando mais conotado como um uso lúdico. Ao contrário do que seria de esperar, do tempo livre que sobra para os inquiridos adultos, ler faz parte das principais opções culturais. Aliás, quanto mais elevado é o grau de escolaridade maior é o consumo de leitura (a população imigrante escolarizada tem já incorporados hábitos de leitura e frequentam a biblioteca municipal). A escolaridade embora seja condição necessária, não é suficiente para explicar a prática de leitura. Temos também de a relacionar com a base familiar, ou seja, até que ponto há um relacionamento precoce com a leitura desde a socialização.

Predominam também os usos conviviais (ir a casa de amigos/familiares e receber amigos/familiares), ambas as categorias com um total de 46,2%.

A cultura de saídas (fazer desporto e viajar) e a frequência de espaços públicos (discotecas, bares e cafés) encontra-se praticamente ao mesmo nível das práticas culturais do imaginário (com percentagens mais baixas, nomeadamente com apenas 23,1% a praticar frequentemente desporto e a viajar e 30,8% de imigrantes que frequentam discotecas, bares e cafés), ou seja, actividades do tipo mais criadora (como visitar museus, exposições e assistir a espectáculos, onde a frequência por parte dos imigrantes é nula), com a excepção da utilização das bibliotecas públicas (como veremos mais à frente), não existisse hoje uma rede de bibliotecas públicas a abranger quase a totalidade dos concelhos do país.

Quadro 5

Quais os motivos que o levaram a participar nesta oficina? (resposta múltipla)

	N	% de casos
Este espaço é apropriado para estudar	12	92,3
Este espaço é convidativo ao convívio	8	61,5
É uma forma de ocupar os meus tempos livres	3	23,1
Este espaço é convidativo à leitura	2	15,4
Considero os livros disponíveis bastante satisfatórios	1	7,7
Não tenho possibilidade de comprar os livros que necessito	1	7,7

Fonte: Inquérito ao público imigrante.

Vários são os motivos que levam os imigrantes a aderirem às oficinas de leitura, embora exista uma concentração nas respostas “*este espaço é apropriado para estudar*” (em 92,3% dos casos) e “*este espaço é convidativo ao convívio*” (em 61,5% dos casos). Os horários de trabalho e o ritmo acelerado do dia-a-dia absorvem todas as energias, não restando tempo para o lazer, para as relações sociais que tanto valorizam. O convívio proporcionado neste tipo de iniciativas é então crucial, se pensarmos que os imigrantes são na sua maioria excluídos de quaisquer práticas desportivas, culturais, políticas e cívicas. Ainda mais porque o processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento depende também do convívio com portugueses e da possibilidade de ter uma vida social.

Outros referem a importância da leitura como um dos motivos que os leva a participar nas oficinas (ou porque o espaço é convidativo à leitura, ou porque apreciam os livros disponíveis nas bibliotecas, ou mesmo porque acedendo a esses livros pelo serviço de consulta ou requisição já não necessitam de os comprar), até porque numa das questões anteriores todos os imigrantes atribuem bastante importância à leitura como actividade cultural frequentemente praticada.

Como o acto de emigrar provoca alterações profundas, quer a nível familiar, quer a nível pessoal, outros motivos vão sendo apresentados para além dos inicialmente colocados por nós na construção do inquérito: a procura por aprender coisas novas (em dois casos); e aprender a língua

portuguesa (em dez casos, logo uma percentagem bastante elevada), resposta esta intimamente ligada ao facto de considerarem as oficinas como um espaço de estudo e aprendizagem.

Por último, referem a possibilidade de utilizarem a Internet (para um caso que não tem acesso a computadores a não ser quando se desloca à biblioteca municipal, para participar nas oficinas de leitura). Aliás, apenas as famílias mais favorecidas é que podem beneficiar de um computador em casa como instrumento de informação e de educação complementar. Foi partindo deste princípio que a maior parte das oficinas de leitura para imigrantes adultos incluem nas suas sessões a utilização do computador, com acesso à Internet, uma forma de luta pela integração cultural destes imigrantes e de correcção das disparidades sociais. Quer o imigrante tenha saído sozinho ou com a família do seu país de origem, está sempre em contacto com os restantes elementos da família e com os amigos deixados para trás. Com o desenvolvimento das tecnologias esse contacto é facilitado e pode ser mais frequente, através do telemóvel ou do computador, daí a importância de aprender a nossa língua, uma vez que muitos dos sistemas operativos e aplicações informáticas ainda estão na língua portuguesa.

A vontade de estudar mais é uma das principais consequências da frequência nas oficinas de leitura (com 53,8%), seguida da vontade de procurar um emprego (com 38,5%), como condição indispensável para a integração social. Embora a maior parte dos inquiridos esteja a trabalhar (61,5%) e apenas 38,5% é que se encontra desempregado, quando referem “*procurar um emprego*” estão também a incluir a procura de um novo emprego. A vontade em procurar um emprego explica a saída em massa de imigrantes dos países de leste que não tiveram qualquer hipótese de arranjar no seu país de origem um emprego digno ou um meio de subsistência. Quanto maior é o nicho deixado para o mercado informal, mais os nacionais se afastam e mais imigrantes atraí, principalmente se são provenientes de regiões muito pobres. Mesmo quando a emigração se faz por outros motivos sem ser os económicos, a procura de um trabalho é sempre a primeira preocupação, não fossem os conceitos de imigração e trabalho serem dois conceitos indissociáveis.

As oficinas de leitura têm à primeira vista o impacte desejado junto do público-alvo, a julgar pela concentração de respostas na categoria “*excederam as minhas expectativas*” (com 92,3%), quando questionados sobre a opinião geral sobre as oficinas realizadas; 7,7% responde ter correspondido às expectativas. Resta-nos agora saber quais são os factos que estão por detrás de um tão elevado nível de satisfação. As razões mais apontadas para uma elevada satisfação com as oficinas de leitura em geral são o facto de terem ficado a compreender melhor a língua portuguesa (76,9%), terem ficado uma boa relação com o animador da oficina (15,4%) e porque passaram a trabalhar melhor com o computador (7,7%). Para os nossos inquiridos as oficinas de leitura são um momento muito importante nas suas vidas (em todos os casos as oficinas trazem uma mais-valia para a vida profissional), até porque todos eles se queixam da falta da ausência de expectativas, de viver na incerteza e no desconforto.

O uso instrumental da biblioteca pública, visto como um meio de aprendizagem, ou um utensílio escolar, é um dos principais motivos que levam os inquiridos a frequentar a biblioteca municipal, na medida em que a maioria procura um local apropriado para estudar (53,8% dos casos). A biblioteca pública surge então como uma alternativa à ausência de outro tipo de espaço tranquilo para o estudo. Para além do mais, como os imigrantes no momento de saída do seu país de origem não conseguem trazer consigo todo o seu património cultural não dispõem de livros em casa; do mesmo modo, pelo facto de ainda não dominarem a língua portuguesa e por todas as dificuldades económicas já apresentadas, não conseguem adquirir livros, restando as bibliotecas municipais as únicas formas para se aceder a práticas leiturais.

A obtenção da informação e a procura de um lugar tranquilo para ler são outras das razões referidas. Outros motivos são também apresentados, como o facto de terem acesso a um computador.

VI. Considerações finais

1. O espaço urbano actual do qual faz parte a Área Metropolitana do Porto é um espaço recortado, com inúmeras famílias desenraizadas e que vivem nas malhas da pobreza e exclusão social. Os handicaps económicos, sociais e culturais que vão acumulando são transmitidos de geração em geração.

Destas famílias retiramos para o nosso estudo crianças/adolescentes a frequentar o Programa Metropolitano de Leitura e imigrantes adultos a residir há menos de três anos em Portugal, frequentadores do mesmo Programa. Ambos os grupos vivem percursos fragilizados: os imigrantes não conseguem uma plena integração na nossa sociedade, pelas barreiras linguísticas (sobretudo ao nível da escrita) e pelas dificuldades em encontrar um lugar digno no mercado de trabalho português; as crianças/adolescentes apresentam bastantes dificuldades de aprendizagem escolar, sendo que os seus percursos são marcados por insucesso e sucessivas reprovações.

Para estes grupos a leitura ocupa um lugar ténue nas suas práticas quotidianas de tempos livres, daí a importância de um Programa destes. As práticas doméstico-receptivas são sempre preferíveis às práticas leiturais, ainda mais quando estamos perante crianças/adolescentes filhas de pais pobremente escolarizados que não reconhecem na escola o valor do livro como indicador de sucesso e como não têm livros em casa não motivam de modo nenhum os filhos a esta prática.

O Programa Metropolitano de Leitura para Públicos Desfavorecidos através da rede de parceiros criada consegue abranger os nove concelhos da Área Metropolitana do Porto, chegando às escolas localizadas nas zonas habitacionais mais problemáticas e trabalhando com turmas seleccionadas *a priori* para lhes fazer chegar o livro até então praticamente esquecido. A abertura total que encontramos nestas bibliotecas é de louvar, ora para receber as turmas como simples leitores, ora cedendo salas para a realização das oficinas de leitura. Além do mais, quando as

escolas não conseguem aceder às bibliotecas municipais por todas as dificuldades económicas e de transporte associadas, as bibliotecas fazem-se representar pelo bibliocarro, que transporta uma panóplia de livros infantis para consulta ou para requisição domiciliária. Este grupo-alvo passa a aceder gratuitamente ao livro, um instrumento de grande peso na integração social dos indivíduos na actualidade. Do mesmo modo, a disponibilização de espaços para receber os imigrantes em todas as sessões possibilitou que estes passassem a ter um contacto diário com os livros, quer nas suas línguas maternas, quer na língua portuguesa.

Todo o trabalho de campo realizado e que deu origem a este trabalho, assim como as ilações que fomos tirando, não nos permite fazer generalizações, mas possibilitam-nos conhecer melhor as práticas leiturais destes imigrantes adultos e das crianças/adolescentes provenientes de meios desfavorecidos. Torna-se por isso possível criar um perfil-tipo para cada um dos nossos grupos-alvo. De referir ainda que estes perfis seguem, em traços gerais, os resultados de muitos estudos sociológicos sobre a leitura.

2. Começando pelo perfil do público infanto-juvenil, sabemos que a criança/adolescente tem entre os 9 a 11 anos de idade, é do sexo feminino, frequenta o 1.º ciclo do ensino básico e é originária de pais pobremente escolarizados, em que concluíram apenas o 1.º ciclo do ensino básico. Os pais trabalham por conta de outrem em contextos profissionais desqualificados, do sector da indústria, comércio e serviços. A criança após ter participado na oficina de leitura aprende a ler livros, escolhe como actividade preferida a leitura e audição de histórias, refere o teatro como a actividade que gostaria de ter feito; considera o livro como um conjunto de histórias e afirma gostar de ler, sobretudo livros de banda desenhada; manifesta uma relação bastante afectuosa com o animador; entende por biblioteca um sítio com livros, tem na sua escola uma biblioteca escolar que passa a frequentar com mais assiduidade e a requisitar livros para leitura domiciliária; passa a conhecer a biblioteca municipal da sua área de residência e possui já um cartão de leitor.

As crianças de meios sócio-culturais desfavorecidos lêem pior do que as outras, muito em parte devido à importância atribuída à aquisição da leitura por parte dos pais. As fortes disparidades subjacentes à leitura podem dever-se a uma série de factores (Fortuna e Fontes, 1999): desiguais recursos económicos das famílias; desiguais localizações geográficas em relação à escola ou às bibliotecas; desiguais níveis de escolaridade da família de origem; desiguais competências e capacidades de leitura; género; idade; e diferentes formas de ocupação dos tempos livres.

Do mesmo modo, entendemos que o insuficiente hábito de leitura se deve essencialmente aos seguintes factores: ao insuficiente treino da leitura; ao insuficiente contacto com os livros ou outros materiais escritos; à insuficiente experiência positiva passada no contacto com os livros; à insuficiência de autonomia na capacidade de ler.

Em suma, “num mundo em que a informação e o conhecimento estão a constituir-se em factores decisivamente estruturantes da vida social, a todos os níveis, e em que variadíssimos problemas e inter-relacionamentos humanos tendem a estabelecer-se, de modos muito concretos e imediatos, à escala planetária, a capacidade de usar informação escrita, de forma generalizada, tornou-se – passe o paradoxo aparente da expressão – banalmente vital” (Benavente, 1996: 396).

Contudo, não queremos deixar de frisar novamente que a origem familiar destas crianças/adolescentes embora seja condição essencial na definição dos percursos escolares de insucesso dos filhos, não é condição suficiente, pois outros factores devem ser tidos em linha de conta. Assim, são vários os agentes de socialização e os grupos de referência revelam-se cruciais. Nem sempre as práticas leiturais se podem associar a uma determinada situação de classe, logo não há uma relação unívoca entre socialização primária e hábitos de leitura, pois temos de ter também em conta a socialização de tipo informal.

Todas as crianças/adolescentes que participam assiduamente nas oficinas de leitura são identificadas quer pela escola, quer pelos animadores das oficinas que trabalham de perto com elas, como crianças/adolescentes com vários problemas ao nível da aprendizagem, do rendimento e de relacionamento. Até à chegada do Programa Metropolitano de Leitura estas não sabiam o que era uma biblioteca municipal e tão pouco frequentavam a biblioteca escolar. Algumas delas também revelam no decorrer do inquérito que não têm livros em casa, não gostam de ler e descrevem os livros como “*não é nada, é uma seca*”. Estas especificidades do grupo-alvo levam a que não haja hábitos de leitura, ainda mais porque encontramos crianças com 7 e 10 anos de idade que ainda não sabem ler nem escrever. Quando se lhes é perguntado o que é que eles aprenderam nas oficinas a maioria responde que aprendeu a ler livros.

Ao nível das competências relacionais encontramos descrições por parte dos animadores de vários casos de rebeldia e indisciplina, onde a presença do professor das turmas em causa torna-se crucial, pois são chamados a intervir (um dos nossos inquiridos afirma mesmo ter aprendido a estar sem silêncio nas oficinas de leitura). Algumas destas turmas são definidas pelos animadores entrevistados como turmas desatentas e inquietas. Entre eles também têm bastantes problemas de relacionamento (pelo menos em algumas turmas), na medida em que as turmas são vistas como turmas bastante conflituosas.

3. Depois da análise do inquérito conseguimos traçar igualmente um perfil geral do imigrante adulto que participou assiduamente nas oficinas de leitura: é um imigrante oriundo sobretudo de países de leste, do sexo feminino, casado, em idade activa (entre os 21 a 30 anos de idade), com elevadas qualificações académicas, que aprendeu rapidamente o português, mas que trabalha em sectores desqualificados e auferir de baixos salários. Trabalha predominantemente no sector da indústria, comércio e serviços, mantém relações sociais com amigos e familiares. Está motivado a permanecer em Portugal, para conseguir um melhor emprego e, para tal, aguarda as equivalências das habilitações conseguidas no país de origem.

Contudo, não transforma a sua situação em desalento e reage positivamente às oficinas de leitura, mobilizando instrumentalmente os conhecimentos aí adquiridos para a procura activa de emprego.

As dificuldades em falar e escrever português correctamente condicionam o quotidiano dos nossos inquiridos: os imigrantes aderem mais facilmente a práticas doméstico-receptivas (como ver televisão e ouvir rádio) do que a práticas culturais de saída (como assistir a espectáculos, ir ao teatro, às discotecas, etc.). Alguns trazem consigo algum tipo de prática leitoral, mas apesar de até frequentarem as bibliotecas municipais não aderem com o sucesso que seria de esperar ao serviço de empréstimo para leitura domiciliária - as bibliotecas são sobretudo um local para se estudar ou para se conviver.

Apesar das elevadas qualificações que possuem sujeitam-se no país a trabalhos desqualificados, no mercado informal ou clandestino, ou então não conseguem encontrar um emprego. Descrevem o trabalho que executam como “*pavoroso*” e tentam de todas as maneiras que o país lhes dê a equivalência dos diplomas obtidos no país de origem.

Os pais destes imigrantes revelam também elevados índices de escolaridade (com o ensino secundário completo), por comparação aos pais do público infanto-juvenil, encontram-se a trabalhar no país de origem, por conta de outrem e no sector da indústria, comércio e serviços. Pelo que vimos, as intenções individuais e familiares não são suficientes para explicar os processos migratórios: as políticas dos países de origem podem também influenciar a tomada de decisão, através de regras de saída proibitivas, permissivas, de encorajamento ou de expulsão.

O imigrante prefere as práticas doméstico-receptivas, mas também gosta de ler; teve conhecimento das oficinas de leitura através de amigos e familiares e participa regularmente nas oficinas, fazendo-se acompanhar por um familiar; acede participar nas oficinas porque encontra nas sessões um espaço para o estudo, estando bastante motivado à aprendizagem da língua portuguesa; mantém com o animador e com os outros imigrantes fortes laços de amizade fora do contexto das oficinas de leitura; as oficinas de leitura excedem as suas expectativas, porque se sente mais preparado para procurar um melhor emprego; gostaria de ter treinado mais a parte escrita e aprendido a lidar melhor com o computador; frequenta com regularidade as bibliotecas municipais, porque as vê como um local apropriado para estudar, mas não leva livros para leitura domiciliária.

4. Do mesmo modo, o cruzamento feito entre as entrevistas individuais e as entrevistas de grupo realizadas torna possível descortinar os principais pontos fortes e os principais pontos fracos do Programa. Os pontos fortes do Programa foram essencialmente três:

- Forte adesão dos públicos-alvo às oficinas de leitura;
- Aumento das práticas leitorais dos públicos-alvo, através do recurso ao serviço de empréstimo das bibliotecas municipais (principalmente no caso do público infanto-juvenil), das bibliotecas escolares e do bibliocarro;

- Criação de uma rede de parceria entre as bibliotecas municipais dos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Em linhas gerais, as oficinas de leitura conseguiram criar novos hábitos de leitura para estas crianças/adolescentes, na medida em que, durante a administração do inquérito, encontramos inúmeros indícios de que alguma coisa tinha mudado após a participação nas oficinas de leitura: estas afirmam ter aprendido o gosto pela leitura, dizem que aprenderam a ler livros, a ouvir histórias, a despertar o interesse pela poesia em particular, algumas delas descrevendo o livro como *“um sonho”* ou como *“a melhor coisa do mundo”*. A maior parte dos inquiridos gosta de ler e já lê por prazer livros escolares. A par da leitura outras competências foram criadas, como o incentivo à criatividade (trabalhos manuais, teatro, etc.) e ao trabalho em grupo, manifesto em inúmeras das sessões realizadas.

Novas parcerias são fortalecidas entre a escola e as bibliotecas municipais ou através da presença do bibliocarro (um dos nossos indicadores de maior sucesso das oficinas, na medida em que todas as crianças/adolescentes passam a frequentar o bibliocarro e muitas delas até durante o período de férias escolares deslocam-se até ao bibliocarro para levar livros para casa), ou através das oficinas que são feitas nas bibliotecas municipais e que permitem às crianças/adolescentes não só terem direito a um cartão de leitor, como levarem livros para casa, o que de outro modo não seria possível, pois não teriam maneira de se deslocarem às bibliotecas municipais para requisitar livros e para depois os devolver. Algumas das oficinas de leitura conseguem alargar o seu âmbito de intervenção de tal forma que temos escolas a solicitar novas sessões, a constituição de mais turmas para participar e professores que aproveitam o trabalho desenvolvido por cada uma das sessões para as suas aulas em particular.

Os imigrantes apresentam a mesma tendência: frequentam assiduamente as bibliotecas municipais, já conhecem todos os funcionários e aproveitam o espaço para momentos de convívio. Alguns deles começaram a ler obras na língua portuguesa e já não querem que as bibliotecas municipais adquiram mais livros na sua língua materna. Pedem à entidade promotora do Programa que as oficinas de leitura decorram em todos os períodos de férias e querem estudar sempre mais, até porque dessa forma sentem-se mais preparados para procurar um novo emprego. Outras dinâmicas são criadas, fora do âmbito das sessões, nomeadamente ao nível das relações sociais, quer entre eles, quer com o animador.

Por último, as bibliotecas municipais dos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto no decorrer do Programa conseguem criar uma rede de parceria, através da constituição de grupos de trabalho (o grupo de trabalho das actividades, o grupo de trabalho da formação e o grupo de trabalho dos públicos com necessidades especiais) com projectos específicos a curto e médio prazo e que foram já devidamente retratados no presente estudo.

Após a concretização do Programa Metropolitano de Leitura é de salientar uma evolução positiva registada nos hábitos de leitura das crianças/adolescentes e imigrantes. Trata-se porém

de uma evolução que está longe dos patamares médios europeus, sobretudo no que toca à leitura de livros.

No que concerne aos pontos fracos do Programa são de salientar os seguintes:

- Morosidade no arranque do Programa Metropolitano de Leitura e todas as implicações burocráticas associadas;
- Elevados custos do projecto, não permitindo a aquisição de livros para as oficinas de leitura;
- Ausência de uma relação entre os animadores das oficinas que permita uma visão mais global do trabalho realizado.

5. Estudar um programa público com incidência metropolitana é ainda um desafio. Na verdade, poucos são os projectos de incidência sócio-cultural que se situam na meso-escala regional. Os megas programas, frequentemente marcados pelo centralismo, ignoram as especificidades territoriais e levam ao excessivo protagonismo concelhio, ignorando que, na realidade, as dinâmicas de mudança se estruturam na forma reticular, ultrapassando barreiras e fronteiras administrativas.

Não é nossa pretensão legitimar um Programa de Leitura como este que foi feito aos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto, embora reconheçamos que os objectivos gerais do Programa foram atingidos, verificados pelo sucesso das oficinas de leitura, quer com o público infanto-juvenil, quer com o público imigrante. A promoção da leitura de facto foi feita:

As oficinas de leitura do público infanto-juvenil revelaram bastantes aspectos positivos - proporcionaram a integração de todos os grupos sócio-culturais, os alunos participaram assiduamente nas oficinas e em elevado número, gerou-se nos animadores uma perspectiva favorável em relação à potencialidade dos participantes, foi proposto pelos animadores aos professores o envolvimento em todas as actividades, os pais autorizaram a frequência dos seus filhos nas oficinas e a deslocação às bibliotecas municipais;

No que respeita aos imigrantes, os dados actuais mostram que as transferências culturais para as cidades portuguesas estão a ser bem acolhidas, sendo que estas cidades estão a ficar cada vez mais diversificadas sob o ponto de vista cultural. Se Portugal tem vindo a perder a sua longa tradição de homogeneidade cultural é de recomendar este tipo de iniciativas que contribuem para diversificar o panorama cultural português (os imigrantes trazem sempre consigo aspectos culturais específicos), ao mesmo tempo que proporciona uma mais rápida integração dos imigrantes.

Queremos, sobretudo, deixar algumas questões:

Este Programa acaba por sofrer das mesmas fragilidades de que acusa os mega programas, ou seja, se por um lado prevê e defende a constituição de uma rede de trabalho à escala metropolitana, envolvendo um variado leque de parceiros (que vai desde a Direcção Regional de Educação do Norte até ao Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), deixa de fora um

dos principais protagonistas na promoção de leitura: a família. O Plano Nacional de Leitura defende um estreito relacionamento entre a prática leitural dos filhos e educandos com as actividades promovidas pela escola, onde se posicionam as bibliotecas escolares e também as bibliotecas municipais. Quanto ao modelo das bibliotecas municipais verificou-se de facto uma melhoria a nível qualitativo. Contudo, não foi incluído no Programa Metropolitano de Leitura o papel dos educadores, mesmo sabendo que são estes que mantêm a proximidade entre escola e vida dos educandos. Os antecedentes da prática de leitura, presentes na infância dos inquiridos demonstram o quanto é importante a família na formação do gosto pela leitura (idade em que os filhos são incentivados a ler, hábitos de leitura dos pais, quantidade de livros que dispõem no espaço doméstico, número de visitas às bibliotecas públicas, etc.). Se e precocidade da leitura está directamente dependente do papel activo da família, como pode um Programa destes esperar uma nova atitude em relação à leitura, apenas porque realiza um conjunto de oficinas de leitura, esporádicas, de curta duração e a terminarem no final do ano lectivo de cada turma?

O papel da família foi diluído, se não mesmo posto de parte, pois o Programa, quer na sua fase de concepção, quer durante o decorrer das oficinas de leitura, não deu voz a um dos principais agentes socializadores das crianças/adolescentes – os pais, ou outros familiares mais próximos. Se de facto pretendemos que no final do Programa as crianças/adolescentes adquiram hábitos de leitura, o que se pode esperar de facto quando o programa não se sustém para além da sua duração e não envolve o contexto familiar do grupo-alvo? As políticas públicas de curta duração e que chamam também até si todo o protagonismo, não abrindo um campo de possibilidades de outros parceiros com um papel activo no Programa, conseguem de facto quebrar o processo de reprodução social entre pais e filhos?

Aos pais dos inquiridos apenas lhe é pedido autorização por parte das escolas para permitirem a participação dos seus filhos nas oficinas de leitura, ou então para se deslocarem às bibliotecas municipais, ou em passeio, ou para fazerem lá as sessões. Temos apenas um caso de excelente sucesso (o concelho de Matosinhos), em que a preparação de uma peça de teatro pelo animador, envolveu toda a escola e levou as famílias destas crianças/adolescentes às bibliotecas municipais no dia da estreia.

A comunidade apenas é convidada a participar (ainda que de um modo bastante tímido e totalmente passivo) no primeiro ano do Programa (em 2005), quando são realizados os seminários abertos ao público e que abordam várias questões relacionadas com a leitura. Mas infelizmente em 2006 esses seminários são convertidos em sessões de trabalho fechadas ao público, ficando o Programa ainda mais um projecto de curto prazo de pouca visibilidade pública.

Um projecto destes só teria resultados estruturais na incorporação de disposições para a leitura se não fosse meramente pontual, perdurando no tempo e funcionando em rede:

- com a biblioteca da rede pública e as bibliotecas escolares;
- com as associações, as escolas, as famílias e as empresas;

- e, principalmente, através de uma parceria constante entre as autarquias da Área Metropolitana do Porto.

Há de facto novas disposições, mas precisam de ser constantemente activadas. Se este projecto é de curta duração as disposições adquiridas podem rapidamente regredir, ou seja, apenas motivam a leitura num determinado espaço/tempo, mas em nada alteram as práticas culturais.

VII. Algumas referências bibliográficas

BENAVENTE, Ana (Coord.) (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BRÁS, Maria Helena (2000), *Bibliotecas Escolares: Instalações e Organização do Espaço*, Lisboa, Direcção-Geral da Administração Educativa.

CABRAL, Luís (1999), *As Bibliotecas Públicas Portuguesas: Problemas e Propostas de Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento.

CAVACO, Cristina (Coord.) (2001), *Partnet: Diálogo Civil na Luta Contra a Exclusão Social*, Lisboa, Intercooperação e Desenvolvimento.

DEWEY, Jonh (2002), *A Escola e a Sociedade e a Criança e o Currículo*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

DUARTE, Feliciano Barreiras (2005), *Uma Verdadeira Política de Imigração*, Lisboa, Âncora Editora.

FERNANDES, António Teixeira (2006), *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Idem (2003), "Dinâmicas urbanas e poder político", in *Sociologia*, n.º 13, Porto, FLUP, pp. 7-17.

FURTADO, José Afonso (2000), *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*, Lisboa, Livros e Leituras.

JACINTO, José Luís (2004), "As migrações e as relações internacionais", in António Oliveira das Neves (Coord.), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 2, Lisboa, MSST/DEEP, pp. 97-130.

LAGES, Mário; POLICARPO, Verónica (2003), *Atitudes e Valores perante a Imigração*, Porto, ACIME.

LEAL, Filipe (Coord.) (2007), *Leitura(s)*, Porto, SETEPÉS.

LOPES, João Teixeira (2007), *Da Democratização à Democracia Cultural: Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*, Porto, Profedições.

Idem (2006), *Da Formação, Alargamento e Fidelização de Públicos na Elaboração de Políticas Culturais Públicas de “Terceira Geração”*, Provas de agregação em Sociologia, Porto, FLUP.

Idem (2003), *Escola, Território e Políticas Culturais*, Porto, Campo das Letras.

Idem (2000), *A Cidade e a Cultura: Um Estudo Sobre Políticas Culturais Urbanas*, Porto, Edições Afrontamento.

LOPES, João Teixeira (Org.) (2007), *Práticas de Dinamização da Leitura*, Porto, SETEPÉS.

LOPES, João Teixeira *et al.* (Orgs.) (2003), *A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Territórios*, Porto, Edições Afrontamento.

LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (2001), *Novos Hábitos de Leitura: Análise Comparativa de Estudos de Caso*, Colecção Sobre a Leitura, Vol. IV, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e Observatório das Actividades Culturais.

Idem (2000), *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: Instituições e Agentes – Relatório Síntese*, Colecção Sobre a Leitura, Vol. I, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e Observatório das Actividades Culturais.

MACHADO, Fernando Luís (2004), “Guinenses no mercado de trabalho”, in António Oliveira das Neves (Coord.), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 2, Lisboa, MSST/DEEP, pp. 15-24.

Idem (1999), “Imigrantes e estrutura social”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 29, Oeiras, Celta Editora, pp. 51-76.

MARTELO, Maria de Jesus (1999), *A Escola e a Construção da Identidade das Raparigas: O Exemplo dos Manuais Escolares*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

MELO, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*; Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

NEVES, António Oliveira das (Coord.) (2004), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 2, Lisboa, MSST/DEEP.

NUNES, Henrique Barreto (1998), *Da Biblioteca ao Leitor: Estudos sobre a Leitura Pública em Portugal*, Braga, Instituto Português do Livro e da Biblioteca, 2ª edição.

PEIXOTO, João (Org.) (2008), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Observatório da Imigração.

PEREIRA, Beatriz; PINTO, Adelina Paula (Coord.) (2001), *A Escola e a Criança em Risco: Intervir para Prevenir*, Porto, Edições ASA.

PINTO, José Madureira; DORNELAS, António (Coords.) (2000), *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Lisboa, INCM.

RIBEIRO, Ana Maria (2007), "A vantagem escolar das raparigas no secundário: resultados escolares e identidades juvenis numa perspectiva de género", in Maria Manuel Vieira (Org.), *Escola, Jovens e Media*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 109-135.

SANTOS, Maria de Lourdes (Coord.) (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

SILVA, Lino Moreira (2001), *Bibliotecas Escolares: Um Contributo para a sua Justificação, Organização e Dinamização*, Braga, Livraria Minho.

SIM-SIM, Inês (Coord.) (2006), *Ler e Ensinar a Ler*, Porto, Edições ASA.

VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice (Orgs.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 27-43.

VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa (Orgs.) (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta.

VIEIRA, Maria Manuel (Org.) (2007), *Escola, Jovens e Media*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

VITORINO, António (2004), “Imigração para trabalho”, in António Oliveira das Neves (Coord.), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho, n.º 2, Lisboa, MSST/DEEP, pp. 3-11.

Outros documentos

ON - OPERAÇÃO NORTE, *Programa Operacional da Região Norte: Formulário de Candidatura*, Versão final, CCDRN, 2006.

PRIMUS (2006), *Programa Metropolitano de Leitura*, Porto, PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de Julho (Plano Nacional de Leitura).